



Evento	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2014
Local	Porto Alegre
Título	Reflexos da judicialização de demandas por justiça social no Brasil a partir da atuação das Assessorias Jurídicas Populares Universitárias
Autor	DJEISON ANDRE DIEDRICH
Orientador	ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO

Nas décadas de 80 e 90, os países da América Latina viveram um amplo processo de reconstitucionalização, seja pela restauração de textos constitucionais anteriores aos períodos de exceção vividos na região ou pela promulgação de novas constituições, como é o caso da Constituição brasileira de 1988. Um dos traços comuns a esses processos constitucionais é que passaram a ser marcos institucionais de uma nova fase de redemocratização que trouxe consigo uma aspiração à transformação social, simbolizada pela constitucionalização de direitos, especialmente direitos econômicos, sociais e culturais, bem como a proteção de direitos coletivos e a criação de instituições aptas a proteger tais direitos, como as defensorias públicas. Diante disso, a questão que se coloca é se os textos constitucionais e os mecanismos institucionais estabelecidos coincidem e se identificam com as demandas por justiça das sociedades latino-americanas pós-redemocratização e até que ponto essas novas garantias sociais caracterizam-se como avanços no processo de retomada das democracias na América Latina. Por isso, a presente pesquisa estabeleceu como objetivo principal a identificação das demandas por justiça social, inicialmente no Brasil, e os seus mecanismos de institucionalização, sobretudo no que diz respeito à efetividade de sua judicialização. A hipótese da pesquisa é a de que as chamadas demandas por justiça social, geralmente identificadas com a reivindicação de direitos sociais, têm sido resolvidas basicamente pela via da judicialização, o que pode indicar um enfraquecimento da dimensão política das lutas sociais em prol do fortalecimento do ativismo judicial. Como estratégia metodológica identificou-se como relevante o trabalho realizado pelas assessorias jurídicas universitárias populares (AJUPs) na identificação das demandas por justiça social, já que constituem-se como entidades institucionalizadas no âmbito das universidades brasileiras que possuem uma atuação voltada ao atendimento das parcelas da sociedade economicamente menos favorecidas que não necessariamente decidem a priori pelo caminho da judicialização. Por constituírem-se a partir de práticas transdisciplinares, com uma atuação diferente da advocacia tradicional, realizada por estudantes, advogados, professores e militantes de direitos humanos, através do diálogo com grupos e movimentos sociais pretende-se analisar as estratégias de identificação e resolução das demandas por justiça social auferindo seu grau de judicialização e os seus principais efeitos sobre os grupos demandados. O método utilizado para a coleta de dados para o estudo é o de entrevistas semi-estruturadas, que estão sendo aplicadas por meio do skype, software que permite comunicação via internet através de chamadas de voz. Os entrevistados são estudantes universitários engajados em AJUPs de todo o Brasil. Terminada a aplicação de todos os questionários e analisados qualitativamente e quantitativamente os dados nesse ano, pretende-se estender a pesquisa a outros países da América Latina, com a aplicação do questionário a grupos universitários que tenham atuação semelhante às AJUP's no Brasil. Objetiva-se, assim, alcançar ao longo dos próximos três anos, uma pesquisa comparada que possa indicar os avanços e retrocessos da judicialização de demandas sociais nos processos de redemocratização dessas sociedades. Nesse primeiro ano, todo o foco da pesquisa esteve voltado para a construção do questionário a partir da preparação teórica das perguntas e também do seu aperfeiçoamento por meio das cinco aplicações piloto que contribuíram não só para o melhoramento das perguntas como também para o estabelecimento definitivo das estratégias tecnológicas que estão sendo utilizadas.